

Considerações finais

Thiago Alves Valente

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALENTE, TA. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 254 p. ISBN 978-85-7983-107-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Erro. O de que precisamos é melhorar o público. Enquanto for o que é, o melhor jornal do mundo levará aqui a mesma vida precária que caracteriza os atuais. Basta frisar o seguinte: ou por pilhagem, ou por arranjo com as agências, temos em nossos periódicos a flor do jornalismo mundial, os Lausanne, os Brisbane, os Harden. E o público não o percebe.”

(Monteiro Lobato, Mundo da lua e Miscelânea)

Se para Chartier (1991) é sempre impossível retomar o contexto de uma leitura – por mais que o leitor se esforce para isso –, não se pode admitir, porém, que reler Monteiro Lobato após tantas décadas não ofereça alguma coisa ao leitor de hoje.

Em que medida o aprendizado com o meio jornalístico, cujas práticas textuais caminhavam no sentido oposto ao literário, teria influenciado a escrita de Lobato é questão que pode ser retificada com a investigação sobre a própria formação do leitor Monteiro Lobato. As implicâncias manifestadas a Godofredo Rangel muitas vezes não se

davam por quesitos tão somente editoriais. As reclamações de Lobato a respeito dos cortes do editor, das intervenções dos colegas, do tom do periódico iriam se conformando em prática cotidiana de quem se tornaria editor.

Da mesma forma, o quadro não menos romântico do caipira que entra para o mundo do *show business* editorial em tudo não corresponde aos relatos menos pretensiosos de Lobato. Sequer aos dados de *O Estado*. Traduzir textos e receber por eles constituía porta de entrada rentável a um escritor que acertava com um único tiro no mínimo três alvos: preenchia o tempo ocioso nos tempos de promotoria, ganhava um dinheiro extra com algo prazeroso e se inseria numa empresa que prometia algo mais. Aliás, é importante observar que antes da estréia de 1913 Lobato já era personalidade reconhecida nos bastidores da imprensa paulista. Os jornalecos da juventude tinham em comum os amigos que foram galgando cargos e fazendo carreira tanto na política quanto na imprensa. E Lobato não havia perdido oportunidades.

Com efeito, o engajamento em causas do momento não é prática inaugurada por ele, ainda que tenha feito que essa prática ganhasse uma dimensão quase inédita em termos de jornalismo brasileiro (Bignotto, 2007, p.404):

As conclusões a que podemos chegar nesse momento são parciais mas, como novas hipóteses que podem vir a ser, talvez permitam fazer avançar o conhecimento sobre as atividades de um dos principais editores brasileiros. Acreditamos que Monteiro Lobato foi revolucionário, mas não no sentido em que esse termo lhe é atribuído comumente. Ele não teria criado uma rede nacional apenas com a circular enviada a comerciantes, nem publicado apenas autores novos, nem pagado somente direitos autorais generosos, nem inovado sozinho a indústria gráfica. Mas ele realmente utilizou métodos que transformaram pequenas teias de relações em uma grande rede, publicou autores novos fundamentais para nossa literatura, como Hilário Tácito, Léo Vaz, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia, e investiu na renovação gráfica dos livros, até então feita de modo tímido.

Do mesmo modo, a partir de 1913 Lobato encontra-se inserido na redação de *O Estado*. Como se nota nos textos de Mario Pinto Serva,

por exemplo, o posicionamento do jornal constituía um painel no mínimo favorável ao escritor de Taubaté. Tão favorável que Lobato sequer chega a comentar aspectos políticos do periódico, como o surgimento do jornal ou a ligação da empresa com o passado político decidido nas reuniões do Convênio de Taubaté, acontecimentos que o escritor não traz ao público. *O Estado* valia por si mesmo.

Lobato não estava sozinho em sua empreitada por um país melhor, mais rico, mais eficiente. O ideário do jornal em que começara a escrever em 1913, mas cujos textos realmente passaram à história da literatura com os artigos de 1914, era comum ao neto do visconde, bem como aos demais membros do grupo de *O Estado*. Longe de imaginar uma relação de subserviência, os “sapos” da redação eram, sem dúvida, a alma do periódico nas primeiras décadas do século XX. O que não significava abrir mão do objeto comercialmente viável.

Se Lobato, à época de sua publicação dos artigos “Uma velha praga” e “Urupês” já era veterano na escrita, é possível, porém, que muito tenha aprendido nas rodas de debate do “velho órgão”. Ainda que não se possa aferir a dimensão desse “aprendizado”, é certo que a compra da *Revista do Brasil*, bem como toda a carreira editorial do escritor mostram-se ligadas a esse processo.

A constituição de uma trajetória literária em boa medida orientada pelas próprias mãos para a posteridade – afinal, é o próprio Lobato quem organiza suas obras completas e deixa para Edgar Cavalheiro seus arquivos – pode levar o leitor a comprar a versão do caboclo moreninho que é descoberto por meio de carta enviada para *O Estado*, em 1914. O escritor já havia publicado “Entre duas crises”, em 1913; era tradutor do jornal; articulista presente em diversos outros periódicos. Não se pode negar, porém, e isso possivelmente seja o marco de 1914, que a partir de “Uma velha praga” o escritor alcance um grau de destaque até então conquistado gradualmente de forma mais lenta. É inegável, portanto, que a projeção que desfrutaria de 1914 é empreendida por uma via de mão dupla em que o articulista “M.L.” mostra-se mais integrado, compondo o “grupo”. Pertinente é também pensar o grau de consciência do próprio escritor a respeito de seu papel no sistema literário e empresarial no qual estava atuando.

Que os anos lhe tenham dado, seja pela maturidade intelectual, seja pela experiência da vida cotidiana, mais instrumentos para perceber a si mesmo no circuito cultural brasileiro, é fato; não se pode aceitar, porém, a suposta espontaneidade do jovem de 1914 como elemento definidor de sua entrada para a folha. O publicista desponta desde “Entre duas crises” com a intenção de aparecer como desejava, ou seja, na grande vitrine da imprensa.

Ao se cotejar as datas dos artigos com pelo menos três variáveis temporais – a vida de Lobato, a história paulista e brasileira de modo geral e a história de *O Estado de S. Paulo* –, muitas leituras tornam-se possíveis. Contudo, algumas merecem destaque pelo peso que adquirem para a compreensão da produção de Lobato como articulista de *O Estado* entre 1913 e 1923.

A insatisfação de Júlio Mesquita, renunciando à cadeira do senado, está evidentemente correlacionada à presidência do militar Hermes da Fonseca, marechal. O artigo de Lobato, publicado em 30 de outubro, refere-se, como o título esclarece, a duas crises: uma interna e outra externa:

Quando, entretanto, a situação clareia enxergam-se-lhe variados e múltiplos fatores dando-se “rendez-vous” em um mesmo momento. Sobrevendo a todos vemos a epilepsia européia num acesso de banditismo bélico sacudir a parte sul do velho “pinhal de Azambuja”. A conseqüente repercussão desse fato na sensível mecânica do capitalismo cosmopolita fez-se sentir imediatamente entre nós. A esse fator externo junta-se a situação política interna, sobressaltando e fatigando o país, enublado horizontes, com a luta subterrânea, muito pessoal, muito perigosa das candidaturas presidenciais. Entrementes sobrevém imprevista, inesperada, absurda, zombando das leis econômicas fundamentais, uma baixa do café que não entrou nos cálculos de ninguém.

Mesmo que não tivesse acesso à informação sobre o profundo desgosto de Júlio Mesquita com os acontecimentos políticos, Lobato estava em sintonia com os fatos do dia. Tinha a percepção de quem está no “olho do furacão” e podia, portanto, sair a público para defender a questão econômica, entendendo-a como defender São Paulo.

Quanto a 1914, já se apontou a habilidade com que Lobato passa do fogo bélico europeu ao processo incendiário das terras paulistas, em “Uma velha praga”. É interessante, entretanto, o comentário registrado pelo sítio de *O Estado*¹ sobre o escritor: “Neste mesmo ano, no dia 12 de novembro, ‘O Estado’ publica o artigo ‘Velha Praga’ do leitor José Bento Monteiro Lobato”. Tal como Euclides da Cunha, o jornal faz menção a Lobato como um de seus grandes nomes; e acrescenta que “na verdade, tratava-se originalmente de uma carta para a seção Queixas e Reclamações, a qual foi publicada como artigo assinado tal a sua qualidade. A partir de então Monteiro Lobato passa a colaborar regularmente com o jornal, iniciando sua brilhante carreira literária”. Na versão de *O Estado de S. Paulo*, Lobato inicia sua carreira, ou melhor, sua “brilhante carreira literária” com “Uma velha praga”, em 1914. O texto não só corrobora a ideia de “novato” para o interiorano saído de Taubaté, mas também se apropria e instaura uma versão para o ponto de partida da carreira do escritor: se é com o texto de 12 de novembro de 1914 que Lobato inicia sua brilhante carreira, o que dizer de “Entre duas crises”, de outubro de 1913? E das colaborações anteriores em outros jornais?

Uma apropriação se dá pela história divulgada pelo próprio jornal. Lobato é escritor de *O Estado*. Em que pesem os questionamentos, a segunda referência ao escritor demonstra o grau de imbricamento entre o escritor e o veículo que usava e pelo qual era “usado”: em 1921, ao assumir a secretaria da empresa, Júlio de Mesquita Filho é homenageado com uma festa, “quando Monteiro Lobato faz uma saudação em nome de todos”.

Em 1915, surge a edição vespertina do periódico, “quando Júlio de Mesquita Filho inicia sua carreira de jornalista como colaborador”. Pela versão de *O Estado*, o *Estadinho* é justamente o jornal em que o sucessor direto do comando da empresa deveria debutar em sua carreira de dirigente. Em 1921, o *Estadinho* é extinto, passando Júlio de Mesquita Filho ao comando geral da empresa: “Em fevereiro deixa

1 Cf. *O Estado de S. Paulo*. Histórico Grupo Estado. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>. Acesso em: jan. a set. 2009.

de circular *O Estadinho*. Três meses depois Júlio de Mesquita Filho assume a secretaria de *O Estado*”, momento, como foi transcrito anteriormente, de homenagem pública de Monteiro Lobato e demais “sapos de redação” ao novo comandante.

Entre 1917 e 1918, a produção do escritor aponta para um grau de integração intensa com as situações políticas nas quais *O Estado* se envolvia. Sobre a produção de 1917, percebem-se ecos da largueza econômica propiciada pelo contexto no qual Altino Arantes exercia seu mandato de presidente do Estado de São Paulo. Propor escolas e arte nacionalizada era requisição cabível para um momento em que o dinheiro parecia brotar nos cofres públicos confiantes na duplicação do valor das sacas de café. É o momento em que *O Estado* defende a legitimação do trabalho operário, certamente nele encontrando fator de desenvolvimento em tudo oposto à tradição escravista e campestre, de modo geral, imputada como um dos entraves ao desenvolvimento brasileiro.

Os artigos de 1918 compõem a campanha sanitarista empreendida pelo jornal. De toda a produção entre 1913 e 1923, constitui o ápice da produtividade do escritor para *O Estado*, numa tal convergência de vozes que articulista, artigo e jornal surgem ao leitor como um só posicionamento diante dos problemas de saúde pública do país. Com efeito, 1918 salta aos olhos do leitor como o ano em que a escrita de Lobato está definitivamente a serviço de *O Estado*, numa campanha em que capitaneia os procedimentos, e na qual sua voz orienta as outras vozes do jornal para o problema. É o ano em que Lobato compra a *Revista do Brasil*, funda uma editora, lança com grande sucesso *Urupês* e *O problema vital*. Abusando da expressão, seria possível afirmar que é o ano em que Lobato dá o tom ao jornal.

A simbiose entre o escritor e o jornal alcança seu ápice em 1918, de forma que o envolvimento nos negócios a partir de 1919, até 1927, quando vai para os Estados Unidos como adido comercial, possivelmente tenha absorvido Lobato. Isso, porém, não significa que seu lugar de destaque tenha se dispersado a partir de 1919. Ao contrário, é o ano em que Rui Barbosa cita Jeca Tatu na campanha presidencial, enquanto *O Estado* apoia abertamente a campanha do civilista. Citar o personagem lobatiano demonstra, entre outras coisas, o quanto os

discursos estavam afinados, ou mesmo como o *ethos* (Fiorin, 2004) do enunciador Lobato e do enunciador *O Estado* haviam se transformado na voz autorizada do grupo de *O Estado*.

Essa voz autorizada não provinha, evidentemente, somente dos responsáveis diretos pelo jornal. A ascensão de Júlio de Mesquita Filho ao cargo de secretário geral da empresa em 1921 – lembrando que o pai faleceu em 1927 – não significava que o velho Mesquita estivesse fora do círculo do periódico. É ilustrativo o que registra a página da *web* de *O Estado*, a respeito de Júlio Mesquita em 1913: “Neste mesmo mês Júlio Mesquita retorna de sua longa permanência na Europa, dirigindo-se diretamente para sua fazenda em Louveira por recomendação médica. Mesmo assim dirige o jornal através de cartas aos seus principais auxiliares”.

Dirigir o jornal por cartas é ação decisória de um representante político que não via em *O Estado* o jornal “neutro”, epígrafe do periódico desde sua fundação. Observando a narração histórica do jornal, após 1924 mais alguns fatos merecem atenção:

No dia 5 de julho ocorre a revolução comandada pelo general Isidoro Dias Lopes que ocupa a cidade de São Paulo por 23 dias. Apesar da neutralidade de “O Estado” – concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal mas discordante da sublevação militar – no dia 29 Júlio Mesquita é preso e o jornal proibido de circular até o dia 16 de agosto.

Ainda que debilitado, mas desfrutando do *status* político, Júlio Mesquita emplaca definitivamente sua dissidência:

Fundação do Partido Democrático por membros da Dissidência e políticos independentes, em oposição frontal ao PRP-Partido Republicano Paulista, detentor do governo estadual e federal. Depois de 25 anos de oposição aos “carcomidos”, Júlio Mesquita formaliza seu combate aos caciques do PRP através da via partidária. O Conselheiro Antonio Prado foi eleito seu primeiro presidente em reunião na qual se destacou o pronunciamento do então jovem Francisco Mesquita, nesta época já trabalhando no jornal com o gerente Ricardo Figueiredo. O novo partido defendia reformas no viciado sistema eleitoral, dentre elas o advento do voto secreto e do voto feminino.

Ora, os projetos discutidos para o Estado de São Paulo e para o Brasil saíam do âmbito de reflexões e estudos de um grupo de intelectuais e se concretizava em campanhas e atuações agressivas no meio social da época. Aceitando-se que em 1913 Lobato ainda não se encontrava no centro da mídia paulistana, compreende-se que os artigos de 1914 tenham servido de iniciação à constituição de um *ethos* desse enunciador, a voz do Lobato articulista de *O Estado*, que iria crescentemente alcançar visibilidade em toda sua amplitude nos acontecimentos de 1918.

Na impossibilidade de tratar de modo homogêneo uma produção aparentemente tão despropositada, oscilante entre a caricatura e a produção de grãos, prevalecem, contudo, características suficientemente justificadoras da posição de que Monteiro Lobato e *O Estado* mantiveram uma simbiose benéfica aos interesses de ambos entre os anos de 1913 e 1923. Assim, fosse em artigos sobre a produção artística nacional, como “O teatro brasileiro” (14.10.1922), fosse na série publicada em 1918 sobre saneamento, em todas as soluções econômicas apontadas, o mercado aparece sempre como o meio que permite espalharem-se as benesses das conquistas científicas pela pirâmide social. Os problemas nunca se resolveriam pela massa, pela “mob”, antes, essa é que se aproveitaria do dirigente lúcido, imbuído de ideais desenvolvimentistas.

O governo é, pois, o parasita que suga as forças do povo, sem transformar aquilo que recolhe em riqueza para a nação. Ao tratar do ensino, por exemplo, seu entusiasmo é canalizado para os dirigentes, como se lê nos três artigos de 1917: “A grande oficina-escola (1.1), “A grande oficina-escola: a exposição anual” – II (5.1) e “A criação do estilo” – III (6.1). O governo requerido por Lobato é o mesmo requerido por Serva – é o mesmo requerido pelo jornal.

Um governo que socorresse a economia da nação, quando preciso; que beneficiasse o desenvolvimento, nos moldes paulistas; que atendesse ao saber científico, em vez das questões politiquieras dos coronéis sertanejos. Não há como não correlacionar falta de progresso com ignorância, pelos argumentos do jornal; ignorância com coronelismo e este com o Nordeste. Em São Paulo, na elite esclarecida e detentora do saber, portanto, da verdade, estava a salvação paulista e brasileira.

Em suma: não era o direito estendido a todos que levaria a uma alteração no estado das coisas nacionais, mas a ação de homens lúcidos e determinados. Isso explica, em boa medida, a redundância dos artigos sobre saneamento publicados em 1918: a insistência com que Monteiro Lobato alertava o povo, ainda ressoa aos ouvidos do leitor de hoje como um apelo característico de “momentos decisivos” para uma nação. Não era somente sanear, era marcar um campo político com uma visão de mundo proveniente daqueles que compunham o pensar de *O Estado de S. Paulo*, homens que sabiam como funcionavam as coisas.

Os artigos manifestam, portanto, um projeto “utopismo-iluminista-desenvolvimentista”, em que a crença na ciência, a importância da educação, o anticlericalismo e a crença no progresso não podem ser negligenciados (Cassal, 2002, p.221-31). A produção jornalística de Lobato, ao menos a publicada na edição matutina de *O Estado de S. Paulo*, formaliza um quadro em que os textos mostram-se, todos, coesos com uma proposta política de atuação no Brasil. Ainda que uma política utópica, traço que talvez tenha comprometido o próprio jornal, realizando concessões por meio de uma compreensão julgada e defendida como racionalista, possa ter afastado personalidades como Lobato ao não se render a defesas mais apaixonadas de suas próprias posições. Uma contradição inerente ao fazer jornalístico, o conflito entre a paixão política e a razão empresarial podem, em última instância, ter diluído o grupo que dera boa parte da alma de *O Estado* nas três primeiras décadas do século XX.

Aqui cabe outra observação. A dimensão das relações de Lobato com o governo de Washington Luís; os entremeios não explicitados entre os secretários do presidente e o adido comercial Monteiro Lobato; a relação do escritor, nos Estados Unidos, e *O Estado*, no Brasil – questões que também merecem atenção. Ainda mais que, com a queda de Washington Luís, também não se sabe a proporção do envolvimento de Lobato com o grupo; quais eram os relacionamentos entre o intelectual e funcionário público Monteiro Lobato e o político e presidente da República, Getúlio Vargas – e esse fora ministro da Fazenda entre 1926 e 1928, no governo de Washington Luís. Não seriam os desdobramentos futuros, mesmo a prisão de Monteiro

Lobato, desdobramentos de tensões anteriores? Não teriam essas personalidades relacionamentos que os bastidores políticos sempre trouxeram velados? As indagações, enfim, são inúmeras. E Lobato, como sempre, passível de muitas abordagens.

Por fim, cabe ainda lembrar de um artigo: “A estátua do patriarca” (26.12.1916). Nele, Lobato utiliza recursos que lhe eram comuns, quais sejam: envolve-se na defesa de uma personalidade histórica em contraposição à homenagem pretendida ao “General Glicério”; usa a narrativa para empolgar o leitor; recorre a dados biográficos com localizações e ações pertinentes a uma boa argumentação. O que chama a atenção, porém, é o enaltecimento da personagem central do texto: José Bonifácio.

Na figura do cientista que acabou voltando seus esforços para a política, Lobato identifica seu verdadeiro herói, “era muito nobre e puro para suportar aquele meio e tal época”. Depois de salvar Portugal dos franceses e da derrocada política, viera ao Brasil realizar seu desejo de contribuir para a formação de uma grande nação: “José Bonifácio resume em si a pátria, incuba-a no coração e no cérebro, e, com a extraordinária lucidez da sua inteligência, apetrechada em decênios de cultura intensa, organiza o 7 de Setembro. Trabalha na sombra. A sua força é a fé. A sua arma, a sugestão. O seu fito, o grito do Ipiranga”.

Como tutor de D. Pedro II, José Bonifácio e seu pupilo são “as duas figuras máximas da nossa história”. A comparação de Lobato não pode ser mais elucidativa: José Bonifácio é o “Washington do Sul”. Nessa figura histórica, Lobato demonstra encontrar todos os requisitos que via no ideal do homem brasileiro, no dirigente lúcido, imbuído das melhores ideias e estratégias para levar seu país a um outro lugar na história da civilização. Para isso, o escritor não escolheu um representante legítimo da República ou um estadista nos moldes mais tradicionais, antes elegeu um cientista cujo envolvimento com as causas políticas levou a resultados concretos. José Bonifácio, para Lobato, resume o herói que pode resgatar o Jeca e destronar o bacharel.

Volte-se, pois, ao escritor em sua relação com o texto jornalístico: negando-se como jornalista – isto é, a trabalhar amarrado a um cargo,

embora tivesse até mesmo carteirinha profissional para isso² – Lobato estabelece-se como editor. Negando-se como escritor de literatura em suas cartas a Rangel, mostra-se profícuo nos mais diversos assuntos, compartilhando com os companheiros de redação temas que em suas mãos ganhavam apelos frutíferos ao jornal. Não seria somente o gosto pela ironia, a marca do estilo lobatiano. O apelo pela imagem, a evocação narrativa, os exemplos retirados do mundo natural, por vezes chegando ao escatológico, fazem do texto um convite ao leitor de jornal, acostumado com os mesmos temas no mesmo jornal, porém, possivelmente percebendo em Lobato um estilo mais cativante.

Diante da observação de todo o conjunto de artigos, o conflito entre o literato e o homem do jornal não parece convencer. Se existiram, as reminiscências ficaram nas cartas da juventude trocadas com Godofredo Rangel. O fato mais perceptível é a participação de Monteiro Lobato como um livre pensador em um jornal republicano, liberal e cientificista. Um periódico que permitiu – a despeito de uma ousada idealização – a construção de um projeto de Brasil que faz o leitor de hoje imaginar Lobato num momento áureo da imprensa brasileira.

2 Carteira de jornalista: Revista do Brasil, de 1918. (p.173)